

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-438-9
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva
Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 7

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Data de aceite: 24/08/2021

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia -
Psicologia
Cuiabá - MT
<http://lattes.cnpq.br/9543072005010370>

Lucas Guerra da Silva

Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia -
Psicologia
Cuiabá - MT
<http://lattes.cnpq.br/4415803754977446>

RESUMO: O presente estudo visa apreender um recorte histórico importante, correspondente ao momento de gestão da Fundação Palmares do Governo Federal de Jair Bolsonaro, presidido por Sérgio Camargo, personagem sob tensão ao longo de seu período de trabalho. O recorte aqui visa reconhecer a construção de Zumbi pela veiculação de textos da Fundação Palmares no dia da abolição da escravatura em 2020, bem como a repercussão de tais textos, e a tréplica da instituição. Para tanto foram lidos na íntegra os textos veiculados pela Fundação, e, posteriormente sintetizados, apresentados em sua síntese, e debatidos pela autora e pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: Zumbi; Fundação Palmares; Governo Federal; Instituições.

“ZUMBI” FOR THE MANAGEMENT
OF THE ‘FUNDAÇÃO PALMARES’ IN
BOLSONARO’S GOVERNMENT

ABSTRACT: The present study aims to

apprehend an important historical perspective, corresponding to the management moment of the ‘Fundação Palmares’ in Federal Government of Jair Bolsonaro, presided by Sérgio Camargo, a character under tension throughout his period of work. The outline here aims to recognize the construction of Zumbi through the placement of texts by the Fundação Palmares on the day of the abolition of slavery in 2020, as well as the repercussions of such texts, and the institution's rejoinder. For this purpose, the texts published by the Foundation were read in full, and later synthesized, presented in their synthesis, and debated by the authors.

KEYWORDS: Zumbi; Fundação Palmares; Federal Government; Institutions.

1 | INTRODUÇÃO

Em “comemoração” aos 132 anos da Lei Áurea, em 13 de maio de 2020, foi publicada uma série de artigos da Fundação Cultural Palmares em sua página oficial na internet. A Fundação, instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira; no momento da publicação de tais artigos compunha a maquinaria institucional do Ministério do Turismo do Governo Bolsonaro; e era dirigida por Sérgio Camargo, que afirmou em algumas oportunidades que a escravidão foi benéfica ao Brasil, e que defende o fim do dia da consciência negra (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

O dia da abolição da escravatura não é data comemorada pelo Movimento Negro no Brasil, que tem em sua agenda o dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. No entanto, é comum que o dia 13 de maio, de todo modo, seja uma data de discussão de tal pauta, que envolve refletir o que significa admitir um documento imperial como o determinante da abolição, ou, por outro lado, o que significa valorizar movimentos de libertação das próprias pessoas escravizadas, como o de fato determinante.

O que a Fundação Palmares deseja fazer parecer a partir de seus artigos, é que está em jogo no campo da História o valor documental da Lei assinada pela Princesa Isabel, versus o valor dos documentos que já davam conta de registrar conformações de pessoas que se rebelaram contra sua situação de escravatura, e constituíram espaços de resistência às investidas de Senhores que desejavam o retorno deles a situação de escravidão; anteriores ao documento de Isabel. Mas, questionando a validade e qualidade de tais documentos, frente aquele que materializa de fato um evento histórico.

A batalha documental parece não fazer sentido, entretanto, se partirmos do entendimento de que não precisamos trabalhar com binarismos: “ou isso”, “ou aquilo” configura o peso da realidade histórica. É verdade que não foi a Princesa Isabel que libertou alguém com um documento assinado; embora o documento represente algo em nível de contratos e normas da forja social da Instituição – e determina um marco para sempre recuperável enquanto texto político e administrativo. Pessoas alforriadas também tinham documentos produzidos sobre si, a partir da maquinaria do Império, e precisavam andar com o documento, que garantia seu livre trânsito. Também existiam documentos sobre compra e venda de pessoas escravizadas. Todos os documentos e seu conjunto de normas, denunciando as violações da vida, da integridade e da dignidade de pessoas, passíveis de execução por meio da própria manutenção da existência de tais normas documentais que conformavam o fenômeno de escravidão como legitimamente passível de acontecimento. A “liberdade” não estava “nas mãos” de Isabel, uma vez que organizações sociais como Palmares já garantia a “liberdade” dos seus e das suas, da situação de escravidão – e, assim como Palmares, tantos outros espaços de aquilombamento no Brasil. A pena estava em sua mão, e sua situação institucional representava a Coroa no Império Brasileiro; mas a liberdade não foi “dada” naquele momento, e não “por ela”.

É interessante como muitas vezes é imprescindível tirar o óbvio do silêncio, e dizê-lo: a Lei Áurea foi assinada em um contexto, não é um documento perdido em um vácuo de tempo e espaço. Mesmo o documento, que teve sim impactos no que ocorreria em seguida “com força de lei” no território, esteve imerso em um contexto que desafia sua simplificação como instrumento libertário, embora a negligência do documental não permita, certamente, conduzir o pensamento a poderosa norma no campo da forma com que a maquinaria institucional se imporia a partir daí. O Brasil era o único país na América do Sul que ainda mantinha a escravidão como legal. Revoltas e fugas de pessoas escravizadas sempre foram cotidianas, e documentos deixam isso evidente ao apontar tentativas de captura

dos/as que fugiram, e também de criminosas e violentas sentenças de tortura, sobretudo nas lavouras (BRASIL, 1988). Pessoas escravizadas já exigiam e conquistavam por seus meios, modos de libertar-se das situações de escravidão, e se estabeleciam em outros modos de organização e exercício de existência. Embora até o determinado momento de publicização documental – exercício de controle de acesso –, a Lei Áurea de 1888, a norma na qual aquela relação estivera circunscrita permitia que um Senhor fosse atrás de tentar escravizar novamente pessoas que não desejavam a condição; até que não podia mais – aos olhos da poderosa norma, e não do pragmatismo, obviamente. Porque no campo do pragmático a escravidão sequer acabou de fato, em momento algum. Ela coabita o tempo todo relações de exploração, práticas e repercussões cotidianas.

O objeto de estudo aqui, no entanto, não é questionar as bases documentais do período de escravidão e abolição, profundamente abordados pelo campo científico da História, embora o conjunto de bases tenham produzido a própria tensão ao campo. O objeto aqui são dois dos quatro artigos publicados pela Fundação Palmares, ambos correspondentes justamente à narrativa que circunscribe Zumbi dos Palmares, personagem histórico que tem sua construção de imaginário questionada ao longo dos textos, apresentados na plataforma governamental durante a pandemia de Covid-19, na gestão do Governo Bolsonaro. Evidenciaremos a partir daí algumas das temáticas centrais que orbitam os argumentos dos textos; bem como sua repercussão que originou outros dois artigos publicados pela Fundação Palmares. Finalmente, traçaremos nossas considerações finais.

2 | ZUMBI “DESMASCARADO”?

O primeiro artigo é do autor Luis Gustavo dos Santos Chrispino (2020), apresentado como professor de história e jornalista que, segundo a Plataforma Lattes, não tem nenhum artigo científico publicado, nem capítulo de livro, e nem anais de eventos; e o último evento em que participou consta de 2007. Intitulado “Zumbi e a Consciência Negra – existem de verdade?”, o artigo diz que Zumbi é uma lenda construída e “endeusada”, que vem de encontro ao marxismo cultural de Gramsci, que produziu o “esquerdismo” que usou pessoas negras como massa de manobra. Ele afirma que o Movimento Negro se fortaleceu no Brasil com inspiração no movimento norte-americano, cujo contexto é “de longe” muito mais racista que o do nosso país. Segundo ele, isso reflete em como o esquerdismo se alia aos movimentos sociais e tenta separar a sociedade – a sociedade, que para ele, difere “completamente” da visão esquerdista, porque o povo brasileiro tem “índole”, “visão amistosa”, “pacata”, e é miscigenado entre brancos, negros e indígenas.

Diz ele que Zumbi para representar uma “suposta” consciência negra foi “introduzido” como ícone pela atual deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Diz que os “grupos esquerdizantes” que “endeusam” Che, Stálin, Lenin, representam a narrativa de

heroísmo a guerrilheiros de movimentos de esquerda que “assolavam o país” ao longo da ditadura militar, para dizer que o comunismo é algo “bom e maravilhoso”.

Ele afirma também que, embora haja uma lei para qualificar o currículo com relação as questões étnico-raciais, não há nenhum compêndio bom o suficiente, e o que se apresentam nos livros didáticos de acadêmicos que estudam a questão tem viés mais racista do que educativo, porque supostamente mostra os negros como escória, e que seus inimigos devem ser destruídos.

Ele diz também que, a exemplo de um dia da consciência negra, deveria ter o dia da consciência branca, e indígena, pois todas deveriam pautar a população. Mas, para ele, o propósito de separação serve para tornar o Brasil um país comunista.

Diz que se ouve uma “gritaria” em torno do fato de que pobres e moradores da favela são majoritariamente negros, mas que não moram só negros em favelas, mas que o esquerdismo tenta dominar o país a partir desta população que ele diz “ingênuas”.

E termina seu texto com um print de uma frase de Morgan Freeman, que diz “O dia em que pararmos de nos preocupar com consciência negra, amarela ou branca, e nos preocuparmos com consciência humana, o racismo desaparece”. E não apresenta sessão alguma de referências bibliográficas.

O segundo artigo é da autora Mayalu Moreira Felix (2020), doutora em letras, e que, conforme currículo Lattes, tem um livro publicado em parceria como organizadora em 2007, três trabalhos completos publicados em anais de eventos, sendo o último de 2005, e nenhum artigo científico. É professora na Universidade Estadual do Maranhão. Intitulado “A narrativa mítica de Zumbi dos Palmares”, o artigo começa com o questionamento de Todorov sobre quando “fidelidade para com o passado” e “utilidade para o presente” entram em conflito; para justificar Zumbi como “um dos maiores – se não o maior mito negro afro-brasileiro”. Invoca a teoria literária do mito que perfaz narrativa fantástica e simbólica, não condizente ao real, a partir da Poética de Aristóteles.

Diz ela que o Movimento Negro precisava de alguém que representasse “o povo negro” politicamente à esquerda, “esculpido em valores revolucionários”. Diz ela que Palmares existiu, e que Zumbi existiu, mas que “racialistas” exploram o mito como real; enquanto “não racialistas” veem sua falsa constituição.

Citando a “antropologia” no geral, e em seguida Carl Gustav Jung, Lewis e Eudoro de Sousa para referendar “o mito” como constitutivo, e, finalmente como “origem”, ela chega então Zumbi e o mito fundante do Movimento Negro. Diz ela que o documento da abolição, com “dia, mês, ano e assinatura” não tem validade perto do mito da morte de Zumbi, que dá a “origem” da Consciência Negra.

Em seguida ela invoca Lévi-Strauss para falar do sentido do mito, e Olavo de Carvalho para falar das “causas sagradas”; e sintetiza a partir do pensamento de Olavo, que as “causas” levam “qualquer vagabundo, farsante ou bandido” ao status de sagrado; discursando que Zumbi matou envenenado o tio, tinha escravos, queimava engenhos.

Diz ela que “comunismo”, “negritude” e “movimento gay” tem como virtude maior a adesão a sua causa, e como “pecado horrendo” o combate às suas pautas. Repete que Zumbi foi forjado “ao sabor das necessidades da esquerda brasileira”. Descreve documentos em que Zumbi aparece a partir de três versões diferentes, visto apenas em sua última versão como um herói. Narra que Zumbi foi morto, decapitado, castrado, e teve seu pênis enfiado em sua boca – o que para ela, representa uma humilhação a homossexuais, mas que o Movimento Negro mantém silêncio porque seu mito deve ser viril (e essa interpretação também oriunda de Olavo de Carvalho).

Narra brevemente uma história política de confronto entre o dia 13 de maio e 20 de novembro, e diz que é nesse contexto de século XXI, com esse Zumbi “dos oprimidos” que segue-se o imaginário da esquerda. Cita três personagens negros abolicionistas que, para ela, não atendiam ao “mito” que precisava ser construído pela esquerda – os três “vencedores por mérito”, e que nunca “deixaram-se vitimizarem” – e cita novamente Olavo de Carvalho e seu pensamento de coluna de jornal “A verdadeira cultura negra”, em que raça é apenas algo biológico, e que agora o negro está dentro de uma cultura universal, e que é mais “honroso” vencer na nova “cultura mundial”, do que “ficar choramingando” de saudades de “culturas tribais extintas”.

Afirma ela a importância da Princesa “Dona” Isabel, dizendo que Zumbi como desconhecido que podia ter a história forjada, identificava mais os negros do que uma “branca da elite” como protagonista do processo. Diz que é “mentira histórica” ler Palmares como espaço socialista, que antes era uma espécie de monarquia, que inclusive para descendência do quilombo, dependia de sequestro de mulheres negras e indígenas.

Finalmente, diz ela que a criação da Fundação Palmares no governo do Presidente Sarney se baseou no mito de Palmares como um espaço socialista, e do mito do herói Zumbi, mistura de “Robin Hood e Zorro afro-brasileiro”. Que tal mitologia foi perpetuada em “TCCs, dissertações e teses” das ciências humanas, como parte de “políticas racialistas” com objetivo de “valorizar a identidade negra”. Cita as cotas, e fala do “draconiano revisionismo literário” que se fez sobre a obra de Monteiro Lobato. Finaliza dizendo que a esquerda conseguiu formar uma elite intelectual negra, enquanto a base da pirâmide continua “não liberta”. E também não apresenta ao final uma sessão de referências bibliográficas.

3 | A REPERCUSSÃO

No dia 29 de maio a Fundação Palmares foi obrigada pela justiça a retirar os dois artigos do portal, pois foram considerados ofensivos a identidade negra no Brasil, em função de ao falar da mitologia no entorno da figura de Zumbi, trata-a como doutrinação do marxismo cultural da esquerda. O autor de um dos artigos culpa, inclusive, Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores, por ter fomentado a inauguração da importância de Zumbi. A pena estabelecida era de R\$1 mil por dia em que os artigos permanecessem na

plataforma.

Em 31 de maio de 2020 verificamos a repercussão da decisão judicial. Anteriormente, os artigos estampavam a capa da plataforma, e naquele momento era necessário entrar em “notícias”. Anteriormente, ao clicar no título do artigo, já éramos remetidos ao PDF dos textos, enquanto que no dia 31 havia um hiperlink de “acesse aqui”, dentro da página, para abrir os PDFs. Efetivamente, os textos continuavam sendo disponibilizados pela Fundação, embora não mais em forma direta de hospedagem. Além disso, em função da repercussão, como tréplica, outros dois artigos foram publicados sobre Zumbi (ou, pouco sobre Zumbi, mas a pretexto de continuar falando dele).

O primeiro, “Então... Zumbi tinha escravos? Ainda bem!”, de Luiz Gustavo dos Santos Chrispino (2020 b), autor de um dos textos que precisariam ser retirados pela ordem judicial (destacado no tópico anterior), meramente reafirma o “esquerdismo” da figura de Zumbi. Dedicar-se a se defender de não ter usado referências bibliográficas para sustentar argumentos. Diz ele que a vivência do final dos anos 70 lhe dá autoridade para escrever sobre.

Também se defende de supostamente ter sido lembrado “só” como professor escolar, pela jornalista Clara Balbi (2020), da Folha (que ele cita a reprodução no Portal Vermelho). Para finalizar, produz uma metáfora com a infeliz fala do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando disse que “ainda bem” que o coronavírus veio para provar a necessidade de existência do Estado; dizendo que Zumbi tinha escravos, mas que “ainda bem” que hoje pode-se ter liberdade de expressão para denunciar.

Assina o texto como “Mulato, Brasileiro, Jornalista e Professor Escolar, com muito Orgulho”.

O segundo artigo é de Vera Helena Pancotte Amatti (2020), que não possui currículo Lattes para informar sua carreira acadêmica, mas que constava no site da Câmara dos Deputados como secretária parlamentar do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL) desde março de 2019. Válido lembrar que o referido deputado é trineto da Princesa Isabel, e se autodenomina “príncipe” do Brasil. A chamada do texto em “notícias”, chamava-se “Enaltecer Zumbi não é missão legal da Palmares. A crítica é liberdade de expressão”, no entanto, para entrar no texto era necessário clicar em um hiperlink de direcionamento “acesse aqui”, e, então, encontrávamos o título verdadeiro do artigo: “Machado de Assis e Zumbi Noel”.

O texto é uma defesa do professor Luiz Gustavo dos Santos Chrispino, que foi “carinhosamente apelidado” por ela de “Machado de Niterói”, e de Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares.

O texto questiona o Movimento Negro, dizendo inclusive que no ano de 2019 havia realizado “um show de gritaria” em sessão solene sobre a assinatura da Lei Áurea na Câmara, e, questiona-se ela ironicamente se tal manifestação teria sido pela revogação da lei.

Também cita outros homens negros entendidos como “heróis” que precisaram “ser mortos” nas “memórias e corações” de negros brasileiros, a exemplo de Machado de Assis, que, segundo ela é “execrado pelos movimentos esquerdistas, assim como a Princesa Isabel, sua amiga”.

Defende Sérgio Camargo, que, para ela, apenas convida a comunidade afro à reflexão de como vem sendo coagida [pela esquerda]. Para sustentar tal argumento, ela conta a história de São Nicolau, que a Coca Cola faria se popularizar como Papai Noel; para dizer então do “Zumbi Noel” que tem “entorpecido a consciência dos negros e gerado discriminação, separação, divisão, racismo”.

Finaliza o texto invocando a figura de Deus para que proteja Sérgio Camargo. E assina o texto como escritora de um veículo chamado “Press Periódico”.

4 | DISCURSO INSTITUCIONAL

Embora todos os pontos levantados até aqui sejam motivos suficientes para causar indignação coletiva, mobilizando inclusive a Justiça a exercer um papel de controle; o que gostaríamos de abordar neste ponto da discussão é o fato desses discursos terem sido produzidos por agentes que representam instituições. Estamos habituados a associar instituições a equipamentos públicos comunitários, e não poderia ser diferente se considerarmos a falta de conhecimento por grande parte da sociedade sobre o que significam esses conceitos, e, principalmente com relação a importância em diferenciá-los. Para a população de maneira geral diferenciar conceitos pode não fazer diferença em seu dia-a-dia. A questão é que pessoas que ocupam cargos de poder podem fazer uso desse lugar, e a partir de seus discursos induzir que as pessoas pactuem com suas ideias.

As sociedades ao longo da história desenvolveram mecanismos para tornar a convivência possível. Sem algum tipo de conjunto de normas, regras e/ou valores seria praticamente impossível chegarmos neste modelo social que nos encontramos. Subdivisões foram construídas e pactuadas para uma melhor organização das comunidades, povos e territórios. No Ocidente globalizado, Família, Religião, Justiça, Educação e Estado são instituições que reproduzem práticas características da atribuição de cada uma, com elas emerge a criação de equipamentos que desempenham determinadas funções. Pode parecer confuso mas, os equipamentos aos quais nos referimos são as escolas, hospitais, igrejas, fóruns de justiça, entre outros: espaços físicos que atendem a população a partir das competências atribuídas às instituições as quais pertencem.

Muitos autores se dedicaram à compreensão das instituições e poderiam nos auxiliar nesta discussão. Marlene Guirado (1997) afirma que as instituições são práticas socialmente construídas, cada uma com seus discursos e características próprias, e que são reproduzidas por agentes institucionais.

Para uma melhor compreensão dos motivos que fazem com que os discursos

que estamos analisando sejam problemáticos seria preciso realizarmos uma separação dos discursos institucionais presentes nos artigos. O primeiro, cujo autor é Luiz Gustavo dos Santos Chrispino (2020), questiona (de forma talvez até irônica) toda a luta de uma pluralidade de povos, para que sua história seja a história contada e considerada a partir de sua versão (infelizmente compartilhada pela própria Fundação Palmares que faz coro com aquilo que veicula como narrativa). Tudo que conhecemos até então sobre como os negros chegaram e sobreviveram no Brasil é contada a partir de uma versão branca que se enaltece e apresenta argumentos que justificam seu papel neste processo de estruturação da sociedade.

Como já dito, a problemática que envolve o discurso produzido por Chrispino está também no lugar social que ocupa: representa o Estado, uma instituição responsável por zelar e tomar decisões em nome da coletividade. De acordo com a Constituição Federal (1988) em seu artigo 3º um dos objetivos fundamentais que constituem a República Federativa do Brasil é:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; O Estado tem como objetivo propiciar o bem estar, a **harmonia social** e a qualidade de vida, garantindo que a democracia seja exercida. Visa a um modelo de **igualdade** de oportunidades entre as pessoas.

O destaque dado às palavras no parágrafo acima são no intuito de refletirmos sobre o quanto o material produzido tanto por Luiz Gustavo Chrispino quanto por Vera Helena Pancotte Amatti (2020) contrariam o artigo 3º da constituição. Como uma sociedade com tantos problemas estruturais principalmente relacionados ao racismo pode manter a harmonia enquanto uma instituição invalida a luta de séculos por igualdade? Uma igualdade tolhida justamente por quem interferiu e impactou histórias ao redor de todo o globo terrestre em processos coloniais, genocidas e escravocratas, diga-se. Gostaríamos de ressaltar que nossa intenção não é a de romantização. Temos plena consciência de que não nos tornaremos uma sociedade unida e “feliz”, até porque existem jogos de poder ativos no momento histórico em que vivemos, em um sistema socioeconômico produtor de desigualdades sociais, que tornam esse ideal praticamente impossível; mas, quando nos deparamos com discursos institucionais que violam artigos da Constituição, precisamos nos posicionar.

A sociedade brasileira passou e ainda passa por muitos processos de mudanças estruturais. Torna-se impossível para o contexto deste trabalho discorrer sobre esses processos de forma mais ampla, e não é nosso objetivo para essas poucas linhas. No entanto, pode-se ponderar a partir do que foi exposto até aqui que mesmo a passos lentos a sociedade civil brasileira adquiriu novos comportamentos políticos que foram essenciais para novos padrões de associações no Brasil. A existência da Fundação Palmares, por exemplo, como uma instituição de Estado, é algo que consideramos absolutamente positivo ao objetivo que carrega. O país passou por várias transições difíceis, com um forte e habitual senso de privatismo, ainda que de forma árdua, conseguiu instaurar tradições

de associações que envolviam a sociedade civil independente; do autoritarismo para uma difícil instauração de democratização limitada, que passou a ser mais participativa após o processo constituinte; e essas novas associações lutam para que violações de direitos sejam minimizadas. E discursos como os dos artigos analisados impedem que essas lutas sejam consideradas legítimas.

É preciso levar em consideração que as separações que fazemos são de cunho didático, na prática, quando esses discursos chegam até a população estão “misturados” com discursos de outras instituições, dificultando ainda mais as reflexões críticas acerca do que está sendo dito. O que temos então são discursos de agentes institucionais (Luiz Gustavo Chrispino, Vera Helena Pancotte Amatti, e o próprio Sérgio Camargo) que representam a instituição Estado e reproduzem falas racistas. Dizer a população que a escravidão foi benéfica, que Zumbi é de alguma forma uma criação que pode ser diminuída, afirmar que homens negros e mulheres negras são usados como massa de manobra política é induzir o povo a acreditar nesta versão embalada com a força institucional, e também reproduzir esses discursos.

Nossa história não pode mais ser contada a partir de uma versão (branca e colonial). Não podemos nos voltar uns contra os outros sem que haja discussões fundamentadas a respeito, e a fundamentação apresentada para a formulação das críticas na construção de imaginários foi bastante precária. Para finalizar, não podemos deixar de citar o uso do discurso religioso como uma forma de apelo ao que está sendo reproduzido. Discursos religiosos correspondem às instituições religiosas, reproduzidos por líderes religiosos e fiéis e que não devem incitar violências e violações de direitos. O Estado é (ou ao menos deveria ser) laico, ou seja uma instituição que deveria se manter neutra em relação à religião. A crença dos agentes institucionais não deve interferir no cargo que ocupam, muito menos serem utilizadas como justificativa para o posicionamento racista que apresentam. Infelizmente somos uma sociedade pouco estimulada a refletir criticamente sobre nossos problemas, isso porque falham outras instituições. Não há dúvidas de que existe um jogo de forças que nos faz acreditar no mito da democracia racial, na fantasia de que somos um povo amistoso, feliz e capaz de superar qualquer dificuldade a partir de nossos esforços. A luta para desconstruir a reprodução desses discursos precisa ser contínua.

Realizar uma discussão crítica acerca de discursos institucionais que envolvam o momento político, social e econômico do qual nos encontramos é certamente um desafio. Somos constantemente induzidos pelas narrativas institucionais a reproduzir discursos que invisibilizam e invalidam o sofrimento de uma pluralidade não homogênea de povos que sofrem literalmente na pele as consequências da estrutura social racista a qual pertencemos. Embora tenhamos citado alguns nomes no decorrer de nossa discussão, gostaríamos de ressaltar novamente que a questão não é pessoal, essa é uma dificuldade bastante presente e que tem gerado conflitos entre a população. Os responsáveis pelos artigos publicados representam instituições que em tese deveriam desenvolver ferramentas,

planos de ação para minimizar as violências e violações de direitos na sociedade.

As comparações entre Zumbi dos Palmares e São Nicolau, por exemplo, não apresentam argumentos que possam ser embasados cientificamente, são discursos generalistas que não contextualizam a história social, econômica e política da qual cada um pertence, além de assimétricos em absoluto. Uma forma de falsas simetrias. Não entraremos nas questões da representação capitalista de São Nicolau, mas, não há dúvidas de que são contextos radicalmente diferentes. As publicações que representam institucionalmente os objetivos da Fundação Palmares, a exemplo dos veiculados sobre Zumbi, precisam ser feitas com responsabilidade, e o contrário é inadmissível.

NOTA DA AUTORA E DO AUTOR

Os textos investigados, anteriormente publicados e disponíveis no site oficial da Fundação Palmares, não mais estavam disponíveis quando no fechamento deste texto para publicação, à exceção do texto “Machado de Assis e Zumbi Noel” de Amatti (2020). No entanto, os demais textos são facilmente encontrados em sites da internet, que acabaram por hospedar tais narrativas. Os links na sessão de referências, em seguida, apontam os novos lugares de hospedagem.

REFERÊNCIAS

AMATTI, Vera Helena Pancotte. Machado de Assis e Zumbi Noel. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Machado-de-Assis-e-Zumbi-Noel.pdf>> Acesso em 06 jul 2021.

BALBI, Clara. Saiba quem foi Zumbi dos Palmares, novo pivô da guerra cultural bolsonarista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/saiba-quem-foi-zumbi-dos-palmares-novo-pivo-da-guerra-cultural-bolsonarista.shtml>> Acesso em 06 jul 2021.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. Zumbi e a consciência negra - existiram de verdade?. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <<https://dunapress.org/2020/05/13/zumbi-e-a-consciencia-negra-existem-de-verdade/>> Acesso em 06 jul 2021.

CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. Então... Zumbi tinha escravos? Ainda bem!. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <<https://dunapress.org/2020/05/27/entao-zumbi-tinha-escravos-ainda-bem/>> Acesso em 06 jul 2021.

FELIX, Mayalu Moreira. A narrativa mítica de Zumbi dos Palmares. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <<https://guerreirosmonarquistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/a-narrativa-mitica-de-zumbi-dos-palmares.pdf>> Acesso em: 06 jul 2021.

FOLHA DE S. PAULO. 'Negro de direita', presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml>> Acesso em: 06 jul 2021.

GUIRADO, Marlene. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. **Psicol. USP**. v. 8, n. 1, p. 143-155. São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/Sy9BbKk6CbGkV8fj6mLnjXB/?lang=pt>> Acesso em 06 jul 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocementario 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021